

EUA não darão ao Brasil mais do que os bancos concederam

Armando Ourique

Washington — Os Estados Unidos “não vêem como um problema” a renegociação no Clube de Paris da dívida do Governo brasileiro junto a organismos oficiais, desde que o Brasil, não pretenda obter do Governo norte-americano “condições mais favoráveis de reescalonamento que as que foram negociadas com os bancos privados em dezembro passado”, afirmou ontem uma fonte do Departamento do Tesouro.

Nessas negociações, os governos credores da dívida poderão conceder ao Brasil o reescalonamento por oito anos de 90% das amortizações do principal que estariam por vencer no último trimestre de 1983 e de 80% das amortizações que venceriam em 1984, disse a fonte, lembrando que estava apenas fazendo uma afirmação hipotética, já que as negociações ainda não haviam começado.

O reescalonamento da dívida no Clube de Paris deve envolver de 1 bilhão a 1 bilhão 500 milhões de dólares, englobando os empréstimos diretos de longo prazo de Governo a Governo e os empréstimos concedidos por bancos privados com garantia de agências governamentais, tais como o Eximbank. O volume desses empréstimos indiretos é mais difícil de ser calculado e, por isso, a fonte situou a cifra total do reescalonamento entre 1 bilhão e 1 bilhão 500 milhões de dólares.

O Eximbank é a principal agência oficial norte-americana credora do Bra-

sil e tem cerca de 300 milhões de dólares em empréstimos diretos ao país. Nos empréstimos indiretos, o Brasil acumula cerca de 30 milhões de dólares em pagamentos atrasados, relativos a empréstimos com garantia do Eximbank, disse a fonte.

A fonte adiantou, no entanto, que o Governo norte-americano não poderá reescalonar o pagamento dos juros ou principal em condições mais favoráveis do que o Brasil obteve dos bancos privados nas negociações de dezembro passado. Disse que há uma norma do Governo norte-americano que o impede de conceder condições mais favoráveis de renegociação de seus créditos oficiais do que as obtidas junto aos bancos privados.

Os Estados Unidos já abriram exceções, mas apenas para países quebrados, como o Zaire, o que não é o caso do Brasil”, acrescentou a fonte. O reescalonamento do principal deverá ser inferior aos 100% concedidos pelos bancos privados, explicou, porque “governos têm mais dificuldades do que bancos privados para fazer essas concessões”.

A fonte disse que o reescalonamento não deverá envolver os créditos de instituições internacionais, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que apenas em casos muito raros realizam essas operações. Esses dois organismos reescalonaram a dívida da Bolívia, mas a fonte sublinhou que “o Brasil não é a Bolívia”.